**Recurso de Revisão – Cancelamento da multa
Despacho de encaminhamento da CBEX ao MP/TCU,
via Adgecex/Scbex**

TC 003.953/2014-9

1. Reaberto o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada à Procuradoria-Geral da União (AGU/PGU), encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Adgecex/Scbex, para os fins previstos no art. 9º, parágrafo único, da Resolução TCU 178/2005.

Responsável	Acórdão
Luiz Antônio Trevisan Vedoin, CPF 594.563.531-68	9.917/2011-TCU-2ª Câmara – Condenatório
	5.409/2012-TCU-2ª Câmara – Recurso de reconsideração
	668/2013-TCU-2ª Câmara – Embargos de Declaração
	1.462/2016-TCU-Plenário – recurso de revisão

2. O Tribunal conheceu do Recurso de Revisão interposto pelo Senhor Jarbas Maya de Omena Filho, contra o Acórdão 9.917/2011-TCU-2ª Câmara, proferido no processo de Tomada de Contas Especial, TC 021.420/2009-0, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistentes os itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7 do referido Acórdão e julgando regulares com ressalva as contas de Jarbas Maya de Omena Filho, dando-lhe quitação, beneficiando, assim os demais responsáveis.

3. O item 9.4 do Acórdão 9.917/2011-TCU-2ª Câmara, tornado insubsistente, referia-se à imputação da multa do art. 57 da Lei 8.443/1992 ao responsável acima indicado.

4. Informo, por oportuno, que compete à Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral da União (AGU/PGU) promover o lançamento dos registros pertinentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme disposto no art. 2º da Decisão Normativa-TCU 126, de 10/4/2013. Assim, proponho ao MP/TCU que insira no ofício de encaminhamento da documentação à AGU o alerta quanto à necessidade de se fazer os registros cabíveis no Cadin.

Secex-AL, em 13 de junho de 2016.

JOÃO WALRAVEN JUNIOR
Secretário substituto